


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002455-30.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Iraci Andrade de Oliveira Nunes**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito com pedido de antecipação de tutela e condenação por danos morais movida por **Iraci Andrade de Oliveira Nunes** em face de **Telefônica Brasil S.A.** A autora alega, em síntese, que solicitou à requerida uma linha telefônica fixa, a qual, afirma, não foi instalada. Após postular o cancelamento, passou a receber cobranças indevidas e teve seu nome inserido em cadastro de inadimplentes. Pede a declaração de inexigibilidade do débito e a condenação da ré ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 a título de indenização por danos morais. Com a inicial vieram os documentos de fls. 04/17.

Concedida AJG, indeferiu-se o pedido de antecipação de tutela (fls. 18).

Citada (fls. 22), a requerida apresentou resposta contrapondo as alegações da autora.

Houve réplica (fls. 62/63).

Infrutífera a tentativa de conciliar as partes (fls. 66).

Instadas a fls. 69, a requerida informou não ter interesse na produção de provas (fls. 72); silente a autora (fls. 73).

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado pelo artigo 355, I, do Código de Processo Civil, bem assim diante do desinteresse das partes pela produção de provas, direito que declaro precluso.

Está caracterizada a inexigibilidade do débito reclamado, pois a requerida não se desincumbiu do ônus de provar o contratado, tendo em vista a inversão do ônus da prova aplicável à hipótese dos autos, nos termos do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para o fim de evitar a ocorrência de danos ao consumidor. Nesse particular, a requerida não operou com o devido cuidado ao realizar cobranças sem a contraprestação devida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O dano moral, em casos de inscrição indevida em cadastros de proteção ao crédito não depende de demonstração: sua existência é presumida e decorre da observação daquilo que ordinariamente acontece. Ademais, não se mostra necessária a demonstração pela autora de ocorrência do dano material com o fato, pois a indenização é devida pelo sofrimento moral injusto e grave infligido pela negativação mantida irregularmente.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado (AASP 2044); não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

Nesse sentido, parece razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição da autora, seu comportamento anterior, a capacidade da ré e o valor da dívida impugnada, em quantia equivalente a R\$ 6.000,00, mostrando-se excessivo o valor postulado.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: *“DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa”* (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência do negócio jurídico e a inexigibilidade do débito reclamado e para condenar a requerida a pagar à autora, a título de indenização por danos morais, a importância de R\$ 6.000,00, atualizada desde o ajuizamento e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data desta sentença. Arcará a requerida com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação atualizado (Súmula 326 do STJ).

Caso haja interposição de recurso de apelação, viabilizada a apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive, subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 30 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**